



PARA QUANDO?

Como tentativa de reprimir as loucas velocidades na Marginal de Quarteira, parece-nos que já era tempo de condicionar a velocidade a 20 k/h.
...E multar os infractores.

A Loulé

QUINZENÁRIO DE INFORMAÇÃO E PROPAGANDA REGIONALISTA

ANO XXII	17.7.74	Delegação em Lisboa	Composto e Impresso	DIRECTOR E PROPRIETARIO	Redacção e Administração
(Preço Avulso 2\$00)	N.º 542	R. Passos Manuel, 102-5.º-Dt.º	CARLOS MARQUES, SARL	José Maria da Piedade Barros	GRÁFICA LOULETANA
		Telef. 56 27 59	Rua Dr. Augusto Barreto, 11 a 19		Rua da Carreira
			Telef. 2 40 24/5		Telef. 6 25 36
			B E J A		L O U L É

O presente e o futuro DE QUARTEIRA

Quando, em 1266, D. Afonso III concedeu Foral ao concelho de Loulé reservou para o seu realengo «as herdades, os moinhos e pisões estabelecidos e a estabelecer em Quarteira e, ainda, a pesca da baleia, já existente». Apesar desta importância «real» — que, aliás, já muito antes se verifica com os fenícios, os romanos e os árabes, que aqui deixaram vestígios da sua presença —, Quarteira foi, até há poucos anos, uma humilde aldeia de pescadores, sem qualquer outro meio de vida económica que não fosse o relacio-

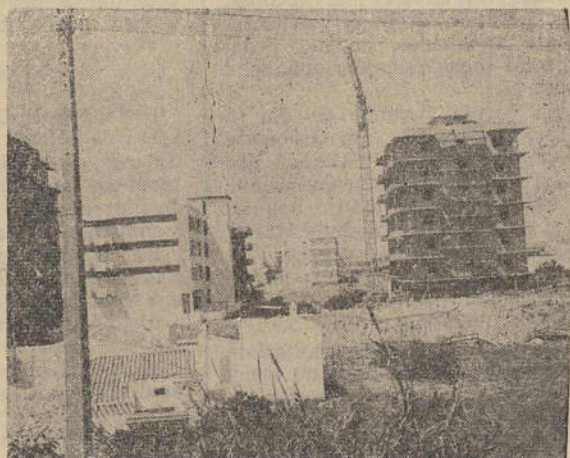
nado com o mar. Como lugar de banhos, no Verão, Quarteira era denominada «a praia dos louletanos», pois que pouca gente oriunda doutros lugares a frequentava. Quarteira precisou de esperar longos anos para acordar do seu sono letárgico.

CHEGOU O TURISMO

O «sr. turista» foi a nova realidade que fez despertar Quarteira. A um ritmo quase alucinante são construídos hotéis, res-

• Continua na 3.ª pág.

O incremento da construção civil alterou profundamente a fisionomia de Quarteira no curto período de 3/4 anos



A propósito de uma resposta Ser Camaleão: Virtude ou Pecado?

Comentando em prosa entusiástica as virtudes «camaleontidas» duma opinião pessoal por mim assinada, a resposta de Viriato Tristão, se por um lado não desiludiu a certeza reinante na minha expectativa, motivou, em devido tempo, razões de acentuada discordância.

O artigo é, todo ele, a resenha dum tratado da arte de bem escrever, o espelho indelével do jornalista de eleição pincelado no fino estilo de sua escrita, que entusiasma e conquista. A versatilidade do articulista é a afirmação peremptória do seu espírito crítico e da sua iniludível maturidade de prosador inigénito.

Todavia, o ponto de vista de Viriato Tristão não poderá libertar-se, facilmente, da preconiza da discutibilidade que apregoei, como discutível será, sempre também, pelo antagonismo de

que se reveste, a minha muito pessoal maneira de entender.

Quero começar por esclarecer, que dessa maioria, irreversivelmente esmagadora, a que sempre me referi, não faziam parte os Manuel Alegre e os Álvaro Guerra e muitos outros, felizes subsidiados duma esclarecida formação política. Esses, eram a

• Continua na 2.ª pág.

TURISMO ALGARVIO NO ESTRANGEIRO

Muito embora o Turismo algarvio esteja a passar presente-mente por uma grave crise, devida a factores vários, o interesse pelo Algarve continua a manifestar-se por parte de diversas entidades estrangeiras.

Como exemplo do que fica di-

cretário de Estado de Turismo, da Direcção-Geral da Cultura e da Comissão Regional de Turismo do Algarve) comunica que estarão presentes, entre outras, as seguintes atracções internacionais: o compositor Mikis Theo-

• Continua na 2.ª pág.

Comissão Administrativa na Câmara de Loulé

NOVOS RUMOS

Tem significado muito especial a cerimónia que no Salão Nobre dos Paços do Concelho, solenizou, duma forma bem popular, a tomada de posse da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Loulé.

O acontecimento, caracterizado por um retardamento de data demasiadamente prolongado — esta cerimónia devia, quanto a nós, ter tido lugar durante todo o mês de Maio — foi como que a rendição da praça às forças sitiantes da Democracia.

Da grande máquina, outrora

gigantesca e dominadora, mais uma peça se liberta da sua engrenagem complexa e um novo padrão se ergue no espaço do mocrático, como símbolo paladino duma nova era, onde os cravos e a esperança, a fé e a liberdade, são pontos luminosos dum alvo sonhado e agora atin-

gido. O mundo burocrático duma Câmara Municipal, recheado de toda uma simbiose de obstáculos e dificuldades, com cores e dimensões diferentes, foi lançado nos braços duma nova geração

política inovadora, de quem se esperam — assim pensa muita gente — efeitos dignos de causas miraculosas.

Não nos iludamos e sejamos sensatos; saibamos esperar com a paciência benevolente de quem sabe o que quer, com o espírito de quem respeita a inexperiência de quem tem vontade e força de querer.

Não nos iludamos, porque muitos erros e contradições se há-de gerar e muitas desilusões ganharão vulto, por certo, em cada passo andado!

Mas esperemos, isso sim, que dos escombros da nossa ilusão abatida se eleve a força imparcial duma serena justiça, como fulcro inabastível dum futuro melhor.

E vós, ó bem nascida Comissão Administrativa, desafiável o sorriso mordaz da vitória que vos baila na face, porque o tempo de dores é longo e, não se esqueçam, mais suportável será, sem a mudança brusca do contraste.

S. T.

Ferreira de Castro deixou «A Selva da Vida»

Ainda não passou um mês de pois que faleceu um vulto grande da Literatura portuguesa: Ferreira de Castro. Súbita doença, a que não resistiu, fez desaparecer, em 30 de Junho último, esse admirável escritor de obras como «A Selva», «A Lã e a Neve», «A Curva da Estrada», «Emigrantes», e tantos outros monumentos literários, que ficarão a enriquecer, de modo fecundo, a história das nossas Letras.

Os livros de Ferreira de Cas-

• Continua na 5.ª pág.

• Continua na 3.ª pág.

Nota Quinzenal

Que «Partido Algarvio»?

QUEIROSIANAMENTE (o Eça ainda continua a jogar a sua cartada), escrevia Artur Portela Filho, na República de 1/7/74, que «o País está miticamente dividido. O M.R.P.P. tem o Rossio. Álvaro Cunhal tem o Alentejo. Mário Soares tem a Baixa Baixa. Francisco Balsemão tem a Alta». E prosseguindo, ainda ironicamente: «Pelo que é indispensável que alguém tenha Braga, Bragança e Guarda, para que, finalmente, António de Spínola tenha o País».

RELEMBREMOS então a sugestão feita no Jornal do Algarve no sentido de vir a ser criado um «Partido Algarvio». Querera tal ideia significar que, como parece entender-se, às simbólicas Braga, Bragança e Guarda, de Portela Filho, veremos adicionar-se a capital algarvia (que não será apenas figura de retórica)? — Como se sabe, já existe um Partido Alentejano Independente... o que até nem dá nenhuma vontade de rir!

IMPÕEM-SE, por conseguinte, algumas interrogações: que «Partido Algarvio»? — Aquele que integra os interesses comuns dos algarvios, pretendendo fazer uma análise da situação regional, para a transformar? Ou, pelo contrário,

• Continua na 3.ª pág.

EM AGOSTO

FESTIVAL DO ALGARVE

De acordo com o que veio recentemente a público, está prevista a realização, de 10 a 26 do próximo mês de Agosto, do primeiro Festival Internacional do Algarve.

A comissão organizadora (presidida por Isabel Cabeça, que conta com a colaboração do Se-

• Continua na 3.ª pág.

«Choveu» Dinheiro em Loulé

Não se tratou, com efeito, duma destas tempestades trovejantes que costumam cair nas primícias do Verão: desta vez, o dilúvio não foi aquático — mas

• Continua na 3.ª pág.

DESPORTOS

ATLETISMO

No Estádio Nacional, disputou-se nos dias 15 e 16 de Junho, os Campeonatos Nacionais de Juniores.

Estiveram presentes 2 atletas louletanos, em representação do Liceu de Faro e Faro e Benfica, respectivamente Lélío Amado e Leonardo Pinguinha, que intervieram nas seguintes provas:

Leonardo Pinguinha — 200 metros; 3.º na 1.ª eliminatória e 1.º na final, com 24 segundos; Na final, 6.º com 23,7 segundos. Lélío Amado — 400 metros; 3.º na 1.ª eliminatória com 53,8 segundos e 7.º na meia-final com 57,6 segundos.

Participou ainda na equipa do Liceu de Faro que disputou a estafeta de 4x400 metros, que se classificou em 4.º lugar com o tempo de 3,29,6 e que constitui o novo record absoluto do Algarve.

FUTEBOL DE SALÃO

Teve início no dia 1 do corrente mês, o Torneio de Futebol de Salão, organizado pela 5.ª vez consecutiva pelo Louletano Desportos Clube e disputado no Parque Municipal de Loulé, às 2.ª, 4.ª e sextas-feiras, com início às 21,30 h., sempre com uma assistência numerosa e entusiasta por este popular desporto.

Este «V Torneio», está dividido em três séries, num total de 16 equipas, envolvendo 160 atletas com idades compreendidas dos 16 a 40 anos.

1.ª Série: Casa Clamar, Os Pescadores (Loulé-Quarteira), Císlul, Pastelaria Franca e A. Alunos do Liceu de Loulé.

2.ª Série: Casa Oliveira, Farrajota & Filhos, Datsun (Faro), Filiais e Mercados de Farrajota & Filhos (Loulé, Portimão e Lagos), A Chavena e Acrobates.

3.ª Série: S. Campinense, Barreiras Brancas, Toy 70 (Bolíqueme-Quarteira), Desportivo de Loulé e Alto Rodes (Faro).

Entretanto, com a realização de alguns jogos que temos vindo a presenciar já nos atrevemos a

prognosticar quais as equipas que têm mais probabilidades de estarem presentes na fase final, quer pela técnica que é composta a maioria dos elementos quer pela forma descontraída como trocam a bola. São as seguintes:

Os Pescadores, Liceu de Loulé, A Chavena, Alto Rodes, Toy 70 e Casa Oliveira, a mais favorita por possuir um lote de excelentes executantes reforçada com o internacional benfiquista Mesias, equipa que no seu jogo inaugural venceu o seu adversário, Farrajota & Filhos — Filiais e Mercados (equipa que encarou com exemplar desportivismo tão pesada derrota), por 29,0, resultado que constitui um «record» em Loulé.

CICLISMO

Com o fim de participar na próxima Volta a Portugal em Bicicleta, que este ano está seriamente comprometida a sua realização, os ciclistas «profissionais» do Louletano D. Clube, Perna Coelho, Manuel Frade, António Lopes, Joaquim Colaço, Helder Santos, Vítor Cabrita, Álvaro Ramos, Joaquim Costa e Manuel Claudino, estão concentrados na Sede do Clube, onde têm sido submetidos a uma alimentação cuidada e a uma preparação viável (=estágio), para poderem fazer o maior número de kms. na grande volta velocipédica portuguesa, prova que ainda hoje, não se sabe se pára ou se passa em Loulé.

B.

Propriedade

Vende-se, a 1 K. da Vila. Junto da estrada municipal. Nesta redacção se informa.

Manuel de Sousa Inês (Herdeiros), Lda.

SECRETARIA NOTARIAL DE LOULÉ

1.º CARTÓRIO

NOTÁRIO: LICENCIADO NUNO ANTÓNIO DA ROSA PEREIRA DA SILVA

CERTIFICADO, para efeitos de publicação, que por escritura de ontem, lavrada de fls. 2, v. a 4, v., do livro n.º B-77, de notas para escrituras diversas, do Cartório acima referido, foi dissolvida a sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, sob a firma de «Manuel de Sousa Inês (Herdeiros), Lda.», com sede na Rua Camilo Castelo Branco, n.ºs 1, 7, 11, 17 e 19, desta vila e freguesia de S. Sebastião, tendo ficado a pertencer todo o activo da sociedade dissolvida, constituída exclusivamente por bens imóveis, em comum e em partes iguais, a todos os ex-sócios José de Sousa Inês, Manuel de Sousa Inês Júnior, Maria Célia Inês Figueiro dos Santos e António Manuel Inês Figueiro.

Está conforme.

Secretaria Notarial de Loulé, 5 de Julho de 1974.

O 2.º Ajudante,

a) Fernanda Fontes Santana

Reunião política

• Continuado da 1.ª pág.

das no aceno simpático dum bater de mãos — não seja mais que o painel dum cenário antigo tingido de obcecação e contágio, mister se torna tal revisão.

Quanto às perguntas formuladas pela assistência, não tiveram, as mesmas, as respostas que por esclarecimento mereciam: Os rodeios prolongados e perniciosos, são traços de meias verdades que não interessam apontar. Exigem-se respostas iniciadas por SIM ou NÃO formais, seguidos pelo «porquê» sucinto, preciso e claro, de molde a não deixar dúvida a ninguém. Só desta forma o esclarecimento conduzir à aprendizagem e, consequentemente, ao grau de formação política que ao povo interessa. Ensinamentos politicamente técnicos e científicos são prejudiciais numa instrução política de base. Provocam confusão e desequilíbrio. São alienantes em tal momento. E, por agora, o ABC que se impõe, como matéria de esclarecimento e ensino.

Mais negativo, porém, foi o «sururu» provocado, em plena sessão, pela onda febril do espírito irrequieto de alguns jovens, ao assumirem a atitude irreflexiva e pouco democrática de transformar em desordem, muito no jeito de ofensa infantil, todo o civismo reinante.

Mas, em abono da própria verdade, não poderemos omitir ou deixar despercebido, que certos «à partes» dirigidos com soberania do estrado dum palco, mesmo que reconhecido seja o bom sentido de humor de quem os transmite, ferem a escandalizam, muitas vezes, atraídoando, outras tantas, o manifesto sentido de Democracia, a que importa dar culto.

Menos humor e mais cortesia é, assim o cremos, coisa fácil de harmonizar.

E agora, para quando outro Comício de esclarecimento político?

Não esqueçamos de que o tempo depressa passa e a consciência política dos eleitores deverá ter a forma adulta que se impõe para o arrumar definitivo da célula governativa!...

SILVA TEIXEIRA

ARMAZÉNS em Almancil

Alugam-se armazéns, junto da Estrada Nacional, com área aproximada de 600 m2.

Quem pretender contactar pelo telefone 9 41 46 — Almancil

Morris

Vende-se, uma utilitária Morris e uma furgoneta Austin (caixa fechada), ambas em bom funcionamento.

Tratar com: U. M. A. L. — Telefone 6 20 22 — LOULÉ.

Alugam-se

Três prédios, de renda económica, com água, junto à Escola primária no sítio da Alagoa de Momprol, a 3 km de Loulé.

Mostra Joaquim Lino, no sítio referido.

— Aluga-se um armazém na Rua Eng. Duarte Pacheco.

Tratar com o proprietário José Francisco Ramos e Barros — Rua Eng.º Duarte Pacheco, 6 — Loulé.

Abílio Coelho Segundo

Com oficina de mecânica geral de automóveis, bate chapa e pinturas.

Informa os seus estimados clientes e o público em geral que instalou uma

SECÇÃO ESPECIALIZADA

de MONTAGEM DE ESCAPES,

cujo serviço é executado gratuitamente e com a rapidez proporcionada pela existência de um variadíssimo stock de todos os modelos correntes de escapes.

Para problemas de escapes ou de mecânica geral contacte com Abílio Coelho Segundo — Telef. 6 27 96 — Av. Marçal Pacheco — LOULÉ.

As Câmaras devem zelar

• Continuado da 6.ª pág.

gilância permanente das águas de abastecimento; à manutenção racional das redes públicas de esgoto e controle do destino final das fezes e outros detritos em zonas não servidas por redes de esgoto, em especial nos «bairros de barracas»; à recolha, transporte e despejo, sanitariamente adequados, do lixo, com especial incidência nas zonas insalubres...

Na tarefa ingente de dar à nossa sociedade um ambiente saudável, todos os esforços são úteis, e não poderá prescindir-se da colaboração de toda a população, pois que é fundamental a ajuda de todos nesta acção comum. Algumas regras poderão ser facilmente seguidas por todos. Por exemplo:

— Não utilizar águas sujas de fossas ou de rede de esgotos, na rega de produtos hortícolas.

— Lavagem cuidadosa das mãos antes de comer e de preparar alimentos e depois de se utilizarem as instalações sanitárias e de se manipularem alimentos crus (hortaliças, mariscos, frutas, saladas, etc.).

— As crianças devem ser ensinadas a não beber águas suspeitas e a não tomar banho em charcos ou outros locais de águas paradas ou próximo de desembocadura de esgotos.

Se a população seguir escrupulosamente os preceitos indicados, e outros que conscientemente forem utilizados, a incidência

da cólera e de outras doenças intestinais diminuirá substancialmente.

Espera-se, portanto, que as Câmaras Municipais, as Juntas de Freguesia, todos nós, em suma, possamos trabalhar na tarefa colectiva de obter uma saúde melhor e uma vida mais humana, pelo que é urgente deitar mãos à obra com vontade de construir.

#

Nota Final: Desde o início do surto de cólera, nos últimos dias do mês de Abril passado, registaram-se em todo o país, até 6 do corrente, 368 casos, dos quais 8 mortais, correspondendo a 2,1%. Recordamos que, em certos países subdesenvolvidos atingidos pela cólera, esta taxa chega a alcançar valores da ordem dos 25%.

No Algarve, a situação está controlada. Assim, desde 26 de Junho até à presente data, somente foi internado um caso de cólera. Há, no entanto, que evitar descuidos, que podem originar novos casos. Estejamos, portanto, atentos. Todos nós — autoridades e população.

Carrinho de Bebê

Em estado novo.

Vende-se.

Nesta redacção se informa.

Leia e assiné

«A VOZ DE LOULÉ»

AVELINO ROCHA CRISÓSTOMO

PROPRIETÁRIO DA

CASA ROCHA

PARTICIPA AOS SEUS AMIGOS E AO EX.º PÚBLICO A ABERTURA DO SEU ESTABELECIMENTO DE VENDA DE:

- MOTORES INDUSTRIAIS E AGRÍCOLAS;
- ELECTRO BOMBAS;
- PEÇAS, CORREIAS;
- LUBRIFICANTES, ACESSÓRIOS, MONTAGENS E REPARAÇÕES.

(ASSISTÊNCIA TÉCNICA PELO PRÓPRIO)

AGUARDA E AGRADECE A VOSSA VISITA

Rua da Carreira, 69 e Rua Padre António Vieira, 30

LOULÉ

Goncinha-Loulé

AGRADECIMENTO



FILIFE CORREIA
PENCARINHA

Sua família, receando cometer qualquer falta involuntária por ilegitimidade de assinaturas e desconhecimento de moradas, vem por este meio tornar público o seu profundo reconhecimento a todas as pessoas que acompanharam o saudoso extinto à sua última morada ou que, de qualquer modo manifestaram o seu pesar pelo infausto acontecimento.

Empregado

Precisa-se. De 13 a 15 anos.

Nesta redacção se informa.

QUARTEIRA

● Continuação da 1.ª pág.

taurantes, grandes blocos residenciais, lojas e supermercados — e a antiga aldeia de pescadores quase «rebenta pelas costuras» — com esta súbita explosão do desenvolvimento. Mas as contradições e a insuficiência de infraestruturas essenciais em breve darão sinal de si, com todo um infundável cortejo de problemas.

As vias de comunicação foram, desde sempre, grande obstáculo ao progresso de Quarteira, nesta nova «era do turismo». Para além das más condições das ruas da localidades (na sua maioria ainda «pavimentadas» a terra batida), o problema da avenida de penetração — que des congestionaria extraordinariamente o tráfego — continua por resolver (após 30 anos de projectos), complicando assim notoriamente o acesso à praia; por outro lado, a avenida marginal, decorridos mais de 3 anos sobre a construção de uma muralha de defesa da praia, continua repleta de buracos, pedras soltas, lixo, em lastimável ar de abandono.

Também o fornecimento de energia eléctrica, sobretudo no verão, é bastante precário; de igual modo deixa muito a desejar o que se refere a esgotos, ainda não dispostos por grande parte da população; outros serviços não correspondem já às exigências de Quarteira, podendo citar-se como exemplo os dos CCT, que dispõem apenas de uma exígua instalação, causando graves transtornos na recepção e distribuição do correio (sempre atrasado), bem como no que respeita às comunicações telefónicas.

Outro dos graves problemas de Quarteira concerne ao policiamento. Lamenta-se que uma população fixa de quase 10 000 habitantes não disponha de qualquer tipo de autoridade (PSP ou GNR) susceptível de impedir o constante aumento de roubos e assaltos que, quase diariamente, flagelam esta localidade. As patrulhas da GNR de Loulé que passam em Quarteira não são suficientes para evitar desmanchos, pelo que urge a criação de um posto policial para segurança da população.

OS NOVOS TEMPOS

Os novos tempos nasceram em 25 de Abril. As esperanças dos quarteirenses — desde os pescadores, a quem o almirante Tenreiro prometeu (sem ter cumprido), durante várias campanhas eleitorais para deputados, a construção de um bairro de casas económicas, até àqueles que la-

Turismo Algarvio

● Continuação da 1.ª pág.

rem elementos para a realização de programas radiofónicos a serem divulgados na BBC estiveram no Algarve, as locutoras daquela estação britânica Mrs. Do-reen Forsyth e Miss Coral Had-don.

Ainda no decurso do «Tenerife Holiday Flight» estiveram durante três dias no Algarve e de regresso à Alemanha (em 32 aparelhos que escalaram a aeroponto de Faro) cerca de 90 elementos dos Aero Clubes daquele país.

Aos vários visitantes foram prestados esclarecimentos pelos srs. Alvaro Diogo e Matos Cartuxo, membros da Comissão Administrativa da Comissão Regional de Turismo do Algarve, tendo ainda percorrido os locais de maior interesse turístico e sido obsequiados com recordações algarvias.

Acrescente-se, por oportuno, que a Comissão Regional de Turismo está a estudar múltiplos aspectos que se prendem com a promoção turística do Algarve quer no âmbito interno quer além-fronteiras.

butam noutras actividades — são afinal idênticas às esperanças que inundam os peitos de todos os portugueses, nesta hora de renovação do nosso País.

Os novos responsáveis da Comissão Regional de Turismo do Algarve, em convergência de esforços com as autoridades administrativas, não poderão deixar de incrementar, a breve prazo, o desenvolvimento harmónico de Quarteira, dotando esta localidade com as infraestruturas de que está tão carecida, neutralizando, deste modo, os efeitos negativos de uma política que provocou o desfasamento que actualmente se verifica.

Urge dar apoio à iniciativa privada, pois não se pode esperar que esta faça praticamente tudo quando respeita às necessidades colectivas. De igual modo é necessário estar-se atento aos malabarismos de alguns oportunistas, passados e presentes, no que se refere a negócios de terrenos e a outras obscuras alianças que apenas prejudicam a maioria em favor de uns quantos (que são, aliás, conhecidos da população em geral).

Os quarteirenses estão certos de que será feita justiça à sua terra, cujo futuro será bem melhor se houver trabalho, coesão e clareza entre todos os verdadeiramente interessados no seu desenvolvimento.

Ferreira de Castro

● Continuação da 1.ª pág.

tro são testemunho de um filho do povo que, na adversidade da vida (desta vida que alguns tornam, tantas vezes, uma «selva» infernal de corrupção e ignomínia), procurou estar ao lado dos seus irmãos de classe (os seringueiros da Amazônia, os tecelões da Covilhã, os trabalhadores em luta que tentou, e conseguiu, pôr na força das suas palavras a coragem dos que estão no mundo e o pretendem transformar).

Os anos da década de 30 são fundamentais na bibliografia de Ferreira de Castro. Dos livros que então publicou, «A Selva», (que trata da desumanização do homem no mundo vegetal e sem horizontes da floresta amazônica do Brasil) tornou-se justamente o mais célebre, sendo presentemente um dos romances portugueses mais traduzidos em todo o Mundo.

Aquele que, com escassos 12 anos, já era emigrante no Brasil, e que mais tarde, já na Pátria, se faz redactor de «O Século», foi desde os primeiros dias do longo domínio do chamado Estado Novo, fervoroso adversário daquele desumano regime, o que, inevitavelmente, lhe custou alguns dissabores. Salazar teve-o sempre como intransigente opositor.

No dia 1.º de Maio de 1974, Ferreira de Castro desfilou, rodeado doutros escritores, nas ruas de Lisboa, festejando o regresso da Liberdade ao nosso país e a promessa de construção da Democracia por que sempre se bateu.

Ferreira de Castro deixa-nos uma Obra literária extremamente importante, plena de realismo e humanidade, e todos teremos ainda muito que aprender com o seu legado. Aqui fica o nosso aceno de despedida a Ferreira de Castro, com um obrigado de amizade e admiração. E, em sua memória procuremos melhorar esta «selva», esta paisagem vegetal que ainda tem muitos recantos onde não chega o Sol...

Lavador Lubrificador

PRECISA

Stand Avenida

Telef. 6 24 82 ■ LOULÉ

Virtude ou pecado?

● Continuação da 4.ª pág.

ma raiz, têm na cúpula ramificação e conceito diferentes.

E como o patriotismo dos portugueses nunca esteve em dúvida, estou, neste capítulo, em total acordo consigo, Tristão. E este elevado sentimento do povo português é duma amplitude tão grande, que mesmo não sendo possível estimá-lo por escalas lineares ou padrões cúbicos, se mantem tão efervescente no peito dos Manuel Alegre e dos Alvaro Guerreiro como no coração daqueles que por ignorância absoluta ou pela mórbida fobia que sentiam pela opressão, consentiram ingenua e silenciosamente na montagem de tão lúgubre máquina fascista.

Antes de assinar não quero deixar de afirmar o respeito que sinto pela transcendência que o próprio assunto motiva e colocarme na disposição de aceitar todo e qualquer reparo de melhor observação, pois esta é apenas uma opinião subjectiva, a pública declaração do que sinto e penso sem agradar ou não a quem quer que seja, sem me apertar ao condicionalismo de atender, por necessidade ou favores, as maiorias ou ainda de apoiar o que não gosto, só porque é bonito ou é moda aquilo que não sinto.

É tempo de esclarecimento e aprendizagem e urge, portanto, pisar os caminhos da verdade inteira. E, certo de que nesta caminhada longa da transformação da Pátria, muito terei de aprender em matéria política com Viriato Tristão, aceito-o como mestre ou discípulo mais experiente, ainda que tenha de discordar, muitas vezes, com as suas melhores intenções.

SILVA TEIXEIRA

«Choveu» dinheiro

● Continuação da 1.ª pág.

sim, e felizmente, de abundantes e prometedoras notas de mil.

Na verdade, Santo António — que além de padrinho casamenteiro, gosta de distribuir anualmente umas preciosas maquiinhas — passou este ano por Loulé, deixando cá a sua lotaria: nada menos de 18 mil contos, que contemplaram muita gente necessitada (e outra assim-assim), para a qual surge agora um futuro de maior abundância.

O número premiado foi o 10 660, vendido pelo cateleiro sr. Jacinto José Franco, natural de Messejana (Aljustrel), o qual há 9 anos que distribui jogo por todo o Algarve.

Em Loulé, o mais premiado recebeu 3 mil contos (nada mau); o maior número de pessoas, no entanto, ficou-se na casa dos mil contos (ainda assim não ficaram propriamente «em tanga»).

Cá por nós, vamos arriscar na próxima vez. 1.º — porque «há horas felizes»; 2.º — porque «o diabo não está sempre por trás da porta»; 3.º — porque «quem porfia mata caça». Para além de tudo o mais, pode ser que outro Santo saiba que só com o turismo não nos safamos, e que é urgente, portanto, que venha de vez em quando uma batelada de mil...

...E parabéns aos premiados.

Vende-se ou Aluga-se

— Amplo armazém na Rua de Acesso ao Bairro Municipal em Loulé.

— Apartamento por estrear em Quarteira, frente ao mar.

Tratar pelo Telef. 6 23 61 — LOULÉ.

Justificação Notarial

SECRETARIA NOTARIAL
DE LOULÉ

1.º CARTÓRIO

NOTÁRIO: LICENCIADO NUNO ANTÓNIO DA ROSA PEREIRA DA SILVA

Certifico, para efeitos de publicação, que neste Cartório e no livro de notas para escrituras diversas, n.º B-77, de fls. 21, v. a 23, v., se encontra exarada uma escritura de justificação notarial, outorgada no dia 10 do mês corrente, na qual Manuel Teodoro Pontes, também conhecido por Manuel Pontes da Horta, e mulher, Maria da Glória Galante, residentes na povoação e freguesia de Quarteira, concelho de Loulé, se declararam donos e legítimos possuidores, com exclusão de outrém, do seguinte prédio: rústico, constituído por terreno argilo/arenoso de regadio e sequeiro, com árvores, nora, engenho e tanque, situado na povoação e freguesia de Quarteira, concelho de Loulé, confrontando do nascente com caminho, do norte com Hermenegildo do Piedade, do poente com Rua Vasco da Gama e do sul com Rua Gago Coutinho, omissa na Conservatória do Registo Predial deste concelho, e inscrito na respectiva matriz predial, em nome dele justificante varão, sob o artigo número mil oitocentos e sessenta e oito, com o valor matricial de trinta e oito mil trezentos e sessenta escudos e a que atribuem o de cinquenta mil escudos.

Que este prédio lhes pertence, como livre e alodial, porquanto: no inventário orfanológico, que foi instaurado e correu seus termos no Tribunal Judicial desta comarca de Loulé, por óbito de Manuel Pontes, também conhecido por Manuel Pontes Horta, que faleceu no estado de viúvo e foi residente na povoação e freguesia dita de Quarteira, foram adjudicados e ficaram a pertencer, ao ora justificante, ao tempo solteiro, em pagamento da sua legítima paterna, quatrocentos e sessenta e três/quarto mil e oitocentos avos indivisos de um prédio misto, situado na aludida povoação de Quarteira, foreiro em quinze escudos anuais, aos herdeiros do Conde de Azambuja, devidamente identificado nesse inventário sob a verba número

trinta e um; — tendo as partilhas desse mesmo inventário sido julgadas por sentença de onze de Maio de mil novecentos e vinte, que transitou em julgado; porquanto: em data imprecisa, mas que sabem ter sido por volta do ano de mil novecentos e vinte e dois, eles justificantes procederam com os demais comproprietários a uma divisão e demarcação de facto, meramente verbal e nunca reduzida a escritura pública daquele prédio maior, que possuíam em comum, por virtude do citado inventário, tendo-lhes sido adjudicado e ficado a pertencer a eles justificantes em pagamento da sua quota ideal ou fracção de quatrocentos e sessenta e três/quatro mil e oitocentos avos indivisos, que possuíam no anterior, o prédio rústico, supra descrito e confrontando; e porquanto: também em data imprecisa, mas que sabem ter sido por volta do ano de mil novecentos e dezoito, o referido Manuel Pontes, por óbito do qual foi instaurado o citado inventário, opôs-se ao pagamento do foro — que onerava aquele prédio que veio a ser descrito sob a verba número trinta e um, do citado inventário — aos herdeiros do Conde de Azambuja, a pretexto de que o mesmo não era devido, tendo-se verificado deste então, a inversão do título de posse, passando o citado prédio a ser possuído, em nome próprio, como livre e alodial, inicialmente pelo citado inventariado e posteriormente à sua morte por todos os seus herdeiros, o mesmo sucedendo com os prédios, em que o mesmo foi dividido, nunca mais tendo sido pago qualquer foro ou pensão enfiteutica, desde a referida data, sendo essa posse pacífica, contínua e pública, pelo que o referido domínio directo do foro anual de quinze escudos, foi adquirido por usucapião.

Que em face do exposto não têm eles justificantes possibilidade de comprovar o seu direito de propriedade perfeita sobre o prédio rústico supra descrito, pelos meios extrajudiciais normais.

Está conforme.

Secretaria Notarial de Loulé, 12 de Julho de 1974.

O 2.º Ajudante,

a) Fernanda Fontes Santana

Nota Quinzenal

● Continuação da 1.ª pág.

aquele cuja finalidade é manter o *statu quo*, não bulindo nas relações de produção ainda vigentes no Algarve, escondendo, sob o manto pouco diáfano do oportunismo, a intenção de manter os alicerces carcomidos do corporativismo?

SEJAMOS claros: a quem interessa o tal «Partido Algarvio»? Ao povo do Algarve ou àqueles que, a todo o custo, tentam a camuflagem das contradições? A não ser que se pretenda uma União Regional (por semelhança com a ex-União Nacional)... o que, sem qualquer margem de dúvida, só viria entrar o processo actualmente em curso no sentido de uma correcta definição política. Temos de saber, enfim, qual o caminho que é necessário percorrer. E esse caminho não pode ser o do isolamento (ainda maior) a que inevitavelmente levará o tal «Partido Algarvio» (género bairsta da velha guarda).

Tribunal Judicial da Comarca de Loulé

Anúncio

No dia 4 do próximo mês de Outubro, pelas 10 horas, no Tribunal Judicial desta comarca, nos autos de execução por custas n.º 192-A/71 que correm termos pela 1.ª secção, em que é exequente o Ministério Público e são executados Manuel da Silva, ausente em parte incerta da França e com o último domicílio conhecido no País, no sítio do Palmeira, freg.ª de S. Sebastião, concelho de Loulé e mulher Maria Simão, residente no Hospital Vieux S. T. Ouen 49 Rue de St. Dinniz 93 st., em França, hão-de ser postos em praça pela 1.ª vez, para serem arrematados ao maior lance oferecido acima dos valores que adiante se indicam, os seguintes prédios penhorados àqueles executados e dos quais foi constituído depositário João da Silva, casado, proprietário, residente em Loulé:

1.º — Uma courela de terra de semear, com árvores, no sítio do Palmeiral atrás referido, descrito na Conservatória do Registo Predial de Loulé sob o n.º 36 616 e ins-

crito na respectiva matriz sob o art.º n.º 6 406. Vai à praça no valor de 640\$00;

2.º — Um monte com terra de semear e árvores e casas de habitação, no referido sítio do Palmeiral, descrito na Conservatória sob o n.º 36 617 e inscrito na respectiva matriz sob o n.º 6 414 a parte rústica e sob o n.º 1 700 a parte urbana. Vai à praça no valor de 2 480\$00.

3.º — Um bocado de terra de semear com árvores, no já aludido sítio do Palmeiral, descrito na Conservatória sob o n.º 36 618 e inscrito na respectiva matriz sob o art.º n.º 6 417. Vai à praça no valor de 680\$00.

Loulé, 3 de Julho de 1974.

O JUIZ DE DIREITO,

a) Francisco António das Neves e Silva Pereira

O ESCRIVÃO DE DIREITO,

a) João do Carmo Semedo

«Joaquim & Fernando, Lda.»

SECRETARIA NOTARIAL DE LOULÉ

1.º CARTÓRIO

NOTÁRIO: LICENCIADO NUNO ANTÓNIO DA ROSA PEREIRA DA SILVA

Certifico, para efeitos de publicação, que por escritura de hoje, lavrada de fls. 1 a 2, do livro n.º C-77, de notas para escrituras diversas, do Cartório acima referido, foi dissolvida a sociedade por quotas, sob a firma de «Joaquim & Fernando, Lda.», com sede na Rua Vasco da Gama, da povoação e freguesia de Quarteira, concelho de Loulé, tendo ficado a pertencer ao ex-sócio Joaquim Eusébio Diogo, todo o activo e passivo da dissolvida sociedade.

Está conforme.

Secretaria Notarial de Loulé, 5 de Julho de 1974.

O 2.º Ajudante,

a) Fernanda Fontes Santana

VENDEM-SE

— 5 Apartamentos.
— 2 Apartamentos c/ 4 assoalhadas.

— 3 Apartamentos c/ 3 assoalhadas (Trazeiras da Taverna D'El Rei).

Tratar com: Anibal Sousa Baião — Telef. 6 54 67, Rua Nova S. João — Quarteira.

Joaquim M.P. Brazão Guerreiro

(SOLICITADOR)

R. Eng.º Barata Correia, 139
Telef. 6 26 89 • LOULÉ

Virtude ou pecado?

• Continuação da 1.ª pág.

minoria, infinitamente reduzida, que pelos efeitos dessa expressão de menor grandeza, foram sempre as vítimas escorregadas e perseguidas, o esteio forte e paladino da causa antifascista. E como corroboração de tudo quanto então afirmei e que suscitou a resposta de Viriato Tristão, mais acrescento:

Se todos os portugueses (a maioria) tivessem sido da mesma igualha política e do mesmo conceito militante de todos quantos constituíram uma oposição activa, os 48 anos de terror e opressão não teriam sido, por certo, mais que 48 horas de resistência fascista.

Esta é a amarga afirmação que teremos de aceitar e, ainda que dolorosa e difícil de tragar, não deixará nunca de ter o rótulo candente duma simples verdade. E foi esta certeza também, que me transmitiu a consciência para a defesa do meu ponto de vista, porque, ainda mesmo que discutível, não terá nunca de suportar uma longa distância, para se aproximar da base dum campo verídico.

Mais certa e menos discutível é, concerteza, a opinião do autor de «Ser Camaleão: Eis o Pecado», quanto ao conceito do amor à liberdade dos portugueses, mas pergunto: Onde esteve a liberdade, para ser sempre tão amada pelo Povo. Poderá ser amada uma coisa que não foi experimentada? Cumpre-me aqui, pelo muito respeito que sempre me mereceram as suas sempre oportunas intervenções jornalísticas e das quais sou, e serei certamente, acérrimo admirador, apelar para o elevado espírito de «camaradagem» de Viriato Tristão e me permita discordar parcialmente com a forma de pensamento transmitida na sua resposta.

A minha discordância não é feita por simples desmancha-prazer ou arquitectada pelo espírito de contradição que não tenho. Discordo, isso sim, serena e abolutamente consciente de que, se concordasse sob a égide duma leve veleidade, arriscar-me-ia a que alguém me batesse à porta exigindo explicações impossíveis de eu poder engendrar.

Como poderia eu, considerar liberdade à asquerosa política do Feudalismo, moldada à espinhosa imposição da Suserania e da Vassalagem?

Teria eu, ou alguém, por muito douto que fosse, coragem e descaramento para chamar liberdade à afronta ignominiosa da Escravatura?

E a Inquisição? Qual seria a afinidade que eu transmitiria a esta diabólica personagem com a sublime figura da liberdade?

E o Absolutismo dos monarcas portugueses, ao longo de muitos séculos? Como poderia ser ele pintado, para ganhar a cor homotipa de tudo quanto é livre?

E o Colonialismo? E o Fascismo?

Seria, por certo, trabalho ciclópico e humanamente impossível, ligar, harmonica e naturalmente, tais monstros, com a fragilidade maravilhosa que atende pelo nome de Liberdade.

Toda a medalha tem um reverso, e este é, por demais, tenebroso.

Os quadros históricos de 1385 (lutas sociais), 1820, 1840 e 1910, com que advoga uma tese de realidade aparentemente insuspeita, não são mais que uma gota de água na imensidade oceânica de 830 anos de história. E o resto? Que amor poderiam ter os portugueses a tal tipo de liberdade?

1140 e 1640 deverão ser, por respeito à sua essência política, desviados e protegidos da presente discussão jornalística.

Eles são mais testemunhos de patriotismo que de liberdade, porque ainda que estes sentimentos tenham na base a mes-

• Continua na 3.ª pág.

«M. A. D. (Movimento, Arquitectura e Design), Lda.»

SECRETARIA NOTARIAL DE LOULÉ

1.º CARTÓRIO

NOTÁRIO: LICENCIADO NUNO ANTÓNIO DA ROSA PEREIRA DA SILVA

Certifico, para efeitos de publicação, que por escritura de ontem, lavrada de fls. 148 a 149, v. do livro n.º B-76, de notas para escrituras diversas, do Cartório acima referido, foi constituída entre Martin Ubaldo Sapetto e Vasco António de Melo Mendonça, uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, nos termos constantes dos artigos seguintes:

Primeiro — A sociedade adopta a denominação de «M. A. D. (Movimento, Arquitectura e Design), Limitada», tem a sua sede no sítio dos Cavacos, freguesia de Quarteira, concelho de Loulé, e durará por tempo indeterminado a partir de hoje.

Segundo — O seu objecto consiste na exploração e instalação de um atelier de «design» e decoração, podendo a sociedade explorar qualquer outro ramo de negócio, em que os sócios acordem e seja permitido por lei.

Terceiro — O capital social, inteiramente realizado em dinheiro, já entrando na caixa social, é de cinquenta mil escudos, e está dividido em duas quotas iguais de vinte e cinco mil escudos, uma de cada sócio.

Quarto — A sessão de quotas a estranhos só poderá efectuar-se com prévio e expresso consentimento da sociedade, à qual é reservado o direito de preferência em primeiro lugar e aos sócios em segundo.

Quinto — A cessão de sociedade dispensada de caução será exercida por todos os sócios que desde já ficam nomeados gerentes, com ou sem remuneração,

conforme for deliberado em Assembleia Geral.

2. Para obrigar validamente a sociedade são sempre necessárias as assinaturas de dois gerentes, podendo, no entanto, os actos de mero expediente ser assinados só por um.

3. A sociedade não poderá ser obrigada em fianças, abonações, letras de favor e outros actos e contratos estranhos aos negócios sociais.

Sexto — As Assembleias Gerais serão convocadas por cartas registadas, dirigidas aos sócios, com a antecedência de oito dias, pelo menos, desde que a lei não exija outras formalidades.

Está conforme ao original.

Secretaria Notarial de Loulé, 5 de Julho de 1974.

O 2.º Ajudante,

a) Fernanda Fontes Santana

Festival do Algarve

• Continuação da 1.ª pág.

dorakis, que, em antestreia, apresentará a sua cantata a Pablo Neruda; «Les Percussions de Etrassbourg», que criarão a «Persephassa», de Xenakis, na primeira audição em Portugal; Juliette Greco; Michel Chapuis, que dará um recital excepcional utilizando o órgão de Faro, recentemente restaurado pela Fundação Calouste Gulbenkian; Huguette Dreyfus, em obras de Couperin e Bach; uma sessão de «jazz» estilo Nova Orleães.

A direcção artística está a cargo de Rene Both e Jacques Petat.

Este festival terá ainda a participação do Teatro de pesquisa «Comuna», de Lisboa e de muitos dos modernos pintores portugueses.

MOTORISTA

Profissional de pesados.

Precisa-se.

Informa: União de Mercarias do Algarve, Lda., Telef. 6 20 22 — LOULÉ.



José Guerreiro Neto & F.º Lda.

SE PRESENTE ENCONTRAR UMA SOLUÇÃO PARA O SEU PROBLEMA...

— IMPERMEABILIZAÇÕES:

COBERTURAS, PAREDES, FUNDAÇÕES, DEPÓSITOS, ETC.

— PAVIMENTOS INDUSTRIAIS E PECUÁRIOS

— ISOLAMENTOS TÉRMICOS:

CAMARAS FRIGORÍFICAS, COBERTURAS, ETC.

...UMA EQUIPA DE PESSOAL ESPECIALIZADO ENCONTRAR-SE-A AO SEU DISPOR

ESCRITÓRIO: R. PADRE ANTÓNIO VIEIRA — LOULÉ

TELEF. 6 22 83

Tribunal da Relação de Lisboa

Anúncio

1.ª Publicação

Faz saber que, pela 2.ª Secção de Processos da Repartição Judicial da Relação de Lisboa, nos Autos de Revisão de Sentença Estrangeira — Decisão proferida pelo Tribunal de Nova Gales do Sul, Processo 11042, em que é requerente José Coelho Marum, residente em Cross Street 8 Waverley, Austrália e requerida Felismina Guerreiro Farias Marum, que foi residente em 364 Moore Park, Rd, Centennial Park, NSW, Austrália e ainda com última residência conhecida em Portugal no sítio de Vale Formoso, freguesia de S. Clemente, Loulé, actualmente em parte incerta, correm editos de trinta dias, a contar da segunda e última publicação deste anúncio, citando esta, para no prazo de dez dias, findo o dos editos, deduzir, querendo a oposição que tiver por conveniente ao pedido de revisão acima referido da sentença que decretou o divórcio entre ambos e em que o requerente pede a revisão e confirmação, nos termos do artigo 1098.º do Código de Processo Civil.

Lisboa, 28 de Junho de 1974.

O Desembargador Relator

a) Raul José Dias Leite de Campos

O Escrivão de Direito,

a) António Abrantes Mendes

Justificação Notarial

Secretaria Notarial de Loulé

1.º CARTÓRIO

NOTÁRIO: LICENCIADO NUNO ANTÓNIO DA ROSA PEREIRA DA SILVA

Certifico, para efeitos de publicação, que neste Cartório, e no livro de notas para escrituras diversas, n.º A-77, de fls. 13, v. a 16, v., se encontra exarada uma escritura de justificação notarial, outorgada no dia 9 do mês corrente, na qual: — a) Manuel Viegas Fernandes, e mulher, Maria da Glória dos Santos, residentes na povoação e freguesia de Almansil, concelho de Loulé; e b) Emília Viegas Fernandes, também conhecida por Emília Fernandes, viúva, residente na referida povoação de Almansil, se declararam, os indetificados na alínea a) donos e legítimos possuidores, com exclusão de outrem, de 1/2 em propriedade plena e de 1/2 em nua propriedade, e a identificada na alínea b), do usufruto vitalício de 1/2, dos seguintes prédios, todos situados na freguesia de Almansil, concelho de Loulé:

Número um — Rústico, constituído por terra de semear, com árvores, no sítio de Almansil, confrontando do norte e nascente com António Fernandes Júlia, do sul com José Fernandes Júlia e do poente com José Gonçalves Contreiras, inscrito na respectiva matriz predial sob o artigo número mil oitocentos e quarenta, com o valor matricial de oitocentos e oitenta escudos.

Número dois — Rústico, constituído por terra de barrocal, com árvores, no mesmo sítio de Almansil, confrontando do norte com Joaquim Aleixo Gonçalves, do nascente e poente com caminho e do sul com Manuel Gonçalves Rocheta, inscrito na respectiva matriz predial sob o artigo número dois mil quinhentos e oitenta e nove, com o valor matricial de seiscentos e oitenta escudos.

Número três — Rústico, constituído por terra de barrocal, com árvores, no sítio da Igreja, confrontando do norte com Maria Caetano das Pedras, do nascente com Maria do Rosário, viúva, do sul com António Fernandes Júlia e do poente com Francisco José Aleixo, inscrito na respectiva matriz predial sob o artigo número dois mil setecentos e noventa e três, com o valor matricial de seiscentos e quarenta escudos.

Que a cada um destes prédios atribuem o valor de mil escudos.

Que os mesmos se encontram omissos na Conservatória do Registo Predial deste concelho, e que é titular das referidas inscrições matrículas, Manuel António Fernandes, que foi casado em primeiras núpcias de ambos e segundo o regime da comunhão geral de bens, com a ora justificante, Emília Vie-

gas Fernandes, residiu na povoação e freguesia dita de Almansil, de quem os ora justificantes, Manuel Viegas Fernandes e mulher, os adquiriram; — com efeito: por escritura de dois de Maio de mil novecentos e sessenta e nove, lavrada a folhas quarenta e duas, do livro número B — trinta e oito, de notas para escrituras diversas, deste Cartório, o dito Manuel António Fernandes e mulher, a ora justificante Emília Viegas Fernandes, fizeram doação de todos os seus bens — entre os quais se incluíram os prédios supra descritos — a todos os seus filhos — entre os quais se incluiu o ora justificante Manuel Viegas Fernandes tendo esta doação sido feita em comum e em partes iguais a seus filhos, por conta das quotas hereditárias dos mesmos, sem dispensa de colação, e com reserva do direito de usufruto vitalício para eles doadores. — Que na partilha desses bens doados em comum, também constante dessa escritura, foram adjudicados aos donatários, Manuel Viegas Fernandes e mulher, ora justificantes, os prédios supra descritos em pagamento da sua quota no referido conjunto de bens doados.

Que atendendo a que o doador varão faleceu em vinte e nove de Dezembro de mil novecentos e setenta e um, verificou-se a extinção do seu usufruto na parte correspondente, pelo que actualmente a doadora Emília Viegas Fernandes é titular do usufruto vitalício de metade dos supra descritos prédios.

Que atendendo ainda ao disposto no artigo treze, número um, do Código do Registo Predial, não é a citada escritura de dois de Maio de mil novecentos e sessenta e nove, título suficiente para registo, mas a verdade é que: os doadores eram na data da citada escritura de dois de Maio de mil novecentos e sessenta e nove, donos e legítimos possuidores, também com exclusão de outrem, dos prédios supra descritos e então doados, conjuntamente com outros, pelo facto dos mesmos lhes haverem sido adjudicados e ficado a pertencer, na partilha amigável, meramente verbal e nunca reduzida a escritura pública, dos bens da herança aberta por óbito de Maria Joaquina, viúva, que foi residente na povoação e freguesia dita de Almansil, mãe dela justificante Emília Viegas Fernandes, efectuada entre todos os interessados, em data imprecisa, mas que sabem ter sido por volta do ano de mil novecentos e vinte; — sendo também certo.

Que desde essa data, sempre os referidos Emília Viegas Fernandes e marido, possuíram os prédios supra descritos, em nome próprio, desde o seu início, sem a menor oposição de quem quer que

fosse, posse sempre exercida sem interrupção e ostensivamente, com conhecimento de toda a gente, sendo por isso a sua posse pacífica, contínua e pública, pelo que na data da citada escritura de doação, de dois de Maio de mil novecentos e sessenta e nove, também já os haviam adquirido por usucapião.

Que, em face do exposto, não têm eles justificantes possibilidade de comprovar o direito de propriedade perfeita dos doadores, os citados Manuel António Fernandes e mulher, sobre os prédios supra descritos e então doados, pelos meios extrajudiciais normais.

Está conforme.

Secretaria Notarial de Loulé, 12 de Julho de 1974.

O 2.º Ajudante,

a) **Fernanda Fontes Santana**

«A Voz de Loulé» N.º 542 17-7-74

TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE LOULÉ

Anúncio

1.ª Publicação

Na acção ordinária de divórcio que, na 2.ª Secção deste Tribunal, Rita Martins Fernandes Castanheira, doméstica, residente em Carvalhal, S. Clemente, Loulé, move contra seu marido ACÁCIO MARQUES, pedreiro, ausente em parte incerta, e cuja última residência conhecida foi na rua João de Lisboa, em Montegordo, Vila Real de Santo António, é este réu citado para, na prazo de 20 dias, que começa a correr 30 dias após a data da 2.ª publicação deste anúncio, contestar o pedido de divórcio feito pela autora com o benefício da assistência judiciária.

Loulé, 15 de Julho de 1974.

O ESCRIVÃO DE DIREITO,
a) **João Maria Martins da Silva**

Verifiquei.

O JUIZ DE DIREITO,
a) **Francisco António das Neves e Silva Pereira**

CASAMENTO

Na Igreja da Matriz (Loulé), realizou-se no passado dia 23 de Junho, o auspicioso enlace matrimonial da sr.ª D. Maria Helena Murta dos Santos, filha da sr.ª D. Maria Lopes Murta e do sr. Manuel Benedito dos Santos, com o sr. Reinaldo Manuel Caetano, filho da sr.ª D. Maria das Dores José Caetano e do sr. Joaquim Fernandes de Jesus.

Apadrinharam o acto por parte da noiva, a sr.ª D. Aura Pinquilha Rosa e o sr. João António dos Santos e por parte do noivo a sr.ª D. Cesaltina Caetano Mendonça e o sr. Marcos Pereira Mendonça.

Ao jovem casal endereçamos os nossos parabéns e votos de feliz vida conjugal.

Justificação Notarial

SECRETARIA NOTARIAL DE LOULÉ

1.º CARTÓRIO

NOTÁRIO: LICENCIADO NUNO ANTÓNIO DA ROSA PEREIRA DA SILVA

Certifico, para efeitos de publicação, que neste Cartório e no livro de notas para escrituras diversas, n.º B-77, de fls. 18, v. a 21, se encontra exarada uma escritura de justificação notarial outorgada no dia 10 do mês corrente, na qual Lúcio Clara Rita, e mulher, Maria Solange Rodrigues, residentes no sítio dos Cavacos, freguesia de Quarteira, concelho de Loulé, se declararam donos e legítimos possuidores, com exclusão de outrem, do seguinte prédio: urbano, constituído por uma morada de casas térreas com quatro compartimentos, para habitação, com a área de sessenta e um metros quadrados, e logradouro com a área de cento e cinquenta e oito metros quadrados, no sítio dos Cavacos, freguesia de Quarteira, concelho de Loulé, confrontando, actualmente, do norte com caminho, do nascente com Ivo Costa Rita, e do sul e poente com José Gonçalves Zorrinha, inscrito na respectiva matriz predial, em nome do justificante varão, sob o artigo número mil cento e noventa e quatro, com o valor matricial de quatro mil trezentos e vinte escudos, a que atribuem o de vinte e quatro mil escudos, e não descrito na Conservatória do Registo Predial de Loulé.

Que este prédio pertence ao seu casal, pelo facto de por escritura de vinte e seis de Março de mil novecentos e setenta e quatro, lavrada a folhas cento e três, do livro número C — quarenta, de notas para escrituras diversas, do Segundo Cartório desta Secretaria, lhe haver sido doado a ela justificante, sem qualquer reserva ou encargo por seus pais, José Gonçalves Zorrinha e mulher, Maria Farias Cova, residentes no dito sítio dos Cavacos, por conta das quotas disponíveis dos doadores;

Um talhão de terreno para construção urbana, com a área de duzentos e dezanove metros quadrados, no aludido sítio dos Cavacos, confrontando do norte com caminho, do nascente com Ivo Costa Rita, e do sul e poente com os então doadores, José Gonçalves Zorrinha e mulher, sobre o qual eles justificantes já haviam construído inteiramente à sua custa o prédio urbano supra descrito e confrontado.

Que este terreno foi desanexado de um prédio rústico, pertencente aos doadores, constituído por terra de semear, com a área de quinhentos e cinquenta metros quadrados, no aludido sítio dos Cavacos, freguesia de Quarteira, concelho de Loulé, confrontando do norte com caminho, do nascente com Ivo Costa Rita e outro, do sul com Manuel Nunes e do poente com Francisco Miguel,

omisso na Conservatória do Registo Predial deste concelho, e inscrito na respectiva matriz predial, em nome do doador varão, sob o artigo número mil setecentos e trinta e nove, com o valor matricial de oitocentos e oitenta escudos.

Que atendendo ao disposto no artigo treze, número um, do Código do Registo Predial, não é aquela escritura título suficiente para registo, mas a verdade é que os transmitentes, os referidos José Gonçalves Zorrinha e mulher, eram na data da referida escritura de doação, donos e legítimos possuidores, também com exclusão de outrem, do prédio rústico acima descrito, do qual foi desanexado o talhão de terreno então doado, porquanto: — o mesmo lhes havia sido adjudicado e ficado a pertencer, em pagamento da sua quota, na partilha amigável que, com os demais herdeiros e interessados efectuaram dos bens das heranças abertas por óbito de seus pais e sogros, José Sebastião e mulher, Inácia Flor, residentes que foram no sítio dos Cavacos, freguesia dita de Quarteira, em data imprecisa, mas que sabem ter sido por volta do ano de mil novecentos e trinta e nove, partilhas essas que nunca foram reduzidas a escritura pública.

Que desde essa data, sempre o referido prédio rústico foi possuído pelos transmitentes, os referidos José Gonçalves Zorrinha e mulher, Maria Farias Cova, sem a menor oposição de quem quer fosse, desde o seu início, posse sempre exercida sem interrupção e ostensivamente, com conhecimento de toda a gente, sendo por isso, a sua posse pacífica, contínua e pública, pelo que na data da referida escritura de doação de vinte e seis de Março do ano corrente, também já os haviam adquirido por usucapião.

Que em face do exposto não lhes é possível comprovar a transmissão do supra mencionado prédio rústico para os referidos doadores, José Gonçalves Zorrinha e mulher, Maria Farias Cova, pelos meios extrajudiciais normais.

Está conforme.

Secretaria Notarial de Loulé, 12 de Julho de 1974.

O 2.º Ajudante,

a) **Fernanda Fontes Santana**

FALECIMENTO

Após prolongada doença, faleceu no passado dia 11 de Junho, o sr. Modesto Afonso Rodrigues, que contava 66 anos de idade e deixou viúva a sr.ª D. Isabel Cabrita Rodrigues.

O saudoso extinto era pai da sr.ª D. Lizeta Rodrigues Neves, casada com o sr. José Francisco Sousa das Neves e do sr. Afonso Rodrigues, casado com a sr.ª D. Ricardina Ramos Rodrigues e irmão dos srs. Aníbal Afonso Rodrigues, José Afonso Rodrigues, Carlos Afonso Rodrigues (falecidos) e Manuel Afonso Rodrigues, residente em Loulé.

A família enlutada apresenta-nos sentidas condolências.

NOTA DE ESCLARECIMENTO

A Companhia Eléctrica do Alentejo e Algarve, CEAL - SARL, esclarece que:

Para melhor assegurar o fornecimento de energia eléctrica ao concelho de Faro a empresa construiu uma segunda linha de alimentação que ficou pronta a entrar em serviço em 3 de Novembro de 1972.

As instalações dos serviços de distribuição de energia eléctrica no concelho de Faro só há pouco tempo se mostraram preparados para receber aquela segunda linha.

E,

Por isso, a CEAL e os referidos serviços de Faro combinaram, em 19 de Junho último, depois confirmado a 3 do mês seguinte, que a segunda linha entraria em serviço no dia 7 do corrente mês.

A interrupção de energia no concelho de Faro, no mencionado dia 7 do Julho, destinada a possibilitar a entrada em serviço da segunda linha, foi pois, devidamente e previamente acordada com os serviços municipais responsáveis e não foi efectuada mais cedo por motivos alheios à vontade da CEAL.

Também, no concelho de Loulé, ultimamente, tem-se verificado interrupções de fornecimento de energia eléctrica, em virtude da linha que o serve não comportar a carga existente, conforme oportunamente os serviços municipais competentes tomaram conhecimento.

Ora, a CEAL, desde 1 de Julho de 1971, tem à disposição do concelho de Loulé, uma outra linha de grande capacidade de transporte, e que, por motivos alheios à sua vontade, não serviu até meados do corrente mês aquele concelho.

Nestas condições, a CEAL declina toda a responsabilidade nas irregularidades verificadas.

O ENG. CHEFE DOS SERVIÇOS
DE EXPLORAÇÃO DO ALGARVE
António Alves de Moura

As Câmaras devem zelar pela saúde dos municípios

O surto de cólera (quase totalmente dominado) que se verificou em Tavira e noutras localidades do país foi, por assim dizer, um aviso para todos nós, particularmente para aqueles sobre cujos ombros pesa a responsabilidade maior de cuidar da saúde pública. Na realidade, a ameaça de um flagelo colectivo, no domínio da saúde (e não só) é uma chamada para o necessário sentido de solidariedade social, indispensável ao bom andamento da vida em comum.

Um certo número de doenças que ainda pesam na patologia portuguesa são devidas às más condições higiénicas em que vive parte da nossa população e à falta de conhecimento de como essas doenças se adquirem e se disseminam.

A Direcção-Geral de Saúde tem vindo, ultimamente, a divulgar algumas medidas que se impõe sejam tomadas. Algumas recomendações foram, nesse sentido, enviadas por aquela entidade às Câmaras Municipais, a fim de que estas autarquias procedam: à desinfectação adequada e à vi-

• Continua na 2.ª pag.

AMANTOS

Para todas as aplicações

CASA CHAVES CAMINHA

AV. RIO DE JANEIRO, 19 - B
LISBOA ■ TELEF. 72 51 63

AGÊNCIA do Montepio Geral em Faro

Assumi recentemente as funções de gerente desta instituição de crédito o nosso prezado amigo, conterrâneo e dedicado assinante sr. António José de Oliveira e Sousa, que já vinha exercendo aquele cargo durante o impedimento, por doença, do antigo gerente e nosso prezado amigo sr. Américo Nery, há pouco falecido.

Funcionário dedicado e competente, revelou ao longo de muitos anos, qualidades de trabalho e inteligência que justificaram agora a sua nomeação como gerente da Agência que tão zelosamente tem servido.

Para substituto do gerente foi nomeado o sr. José António de Oliveira e Sousa, também nosso conterrâneo, prezado amigo e assinante dedicado.

Para ambos vão as nossas felicitações pela merecida distinção alcançada e que consideramos justo prémio da sua dedicação ao trabalho e ao Montepio Geral.

JUNTE SELOS

RETA

TROQUE POR BRINDES

PRECISA-SE

Empregado de 13 a 15 anos.

Nesta redacção se informa.

Uma Câmara Democrática em Loulé

Após cerca de 2 meses de expectativa, a Comissão Administrativa proposta pelo Movimento Democrático Português/C. D. E. de Loulé tomou posse das suas funções no dia 10 do corrente e cuja constituição publicamos no último número deste jornal.

Posse de tal maneira informal que no Salão Nobre da Câmara de Loulé não havia uma única cadeira. E como era natural, a sala encheu-se completamente, pois algo de novo acontecia nesta Vila após o 25 de Abril.

O regime democrático que se pretende instaurar em Portugal chegou a Loulé e por isso é de expectativa o futuro que se avizinha.

O nosso concelho tem graves e urgentes problemas por resolver e, obedecendo aos novos critérios governativos, a população vai participar na gestão dos problemas colectivos. Disse-o claramente o Dr. Barros Madeira ao assumir as funções de Presidente da Comissão Administrativa da Câmara de Loulé.

A auto de posse foi lida pelo chefe da Secretaria da Câmara sr. Rui Eduardo Centeno, após o que todos os membros da Comissão Administrativa prestaram fidelidade ao cabal desempenho da missão que lhe fora confiada.

No exercício das funções (ainda vagas) de Governador Civil de Faro, o sr. Manuel da Fonseca conferiu posse aos novos gestores da administração pública local, através dos quais se espera seja assegurada uma eficaz solução dos problemas de Loulé, apesar do carácter provisório das suas funções.

O sr. Dr. Manuel da Fonseca manifestou o seu regosijo pelas novas perspectivas encetadas pelo movimento político que se propôs instalar um regime democrático em Portugal e, felicitando os empossados, desejou-lhes felicidades no desempenho das suas funções.

Também usou da palavra o Dr. João Barros Madeira, que começou por se referir que «só hoje a Comissão toma posse devido ao processo longo que antecedeu esta cerimónia» frisando que «é preciso que nos entendamos e comecemos a falar de política, porque ela é uma arte que deve ser praticada a partir de agora».

«Doa a quem doer, custe o que custar, vamos elaborar um programa recto, caracterizado pela honestidade e fazer alguma coisa em prol do nosso concelho», acrescentou o Dr. João Barros Madeira, que acentuou que o facto de vivermos em regime democrático proporcionará a todos os cidadãos a possibilidade de apontarem erros da administração fazendo notar que a «porta está aberta a todas as críticas construtivas».

No final da cerimónia, todos os membros da Comissão Administrativa foram felicitados pela numerosa assistência.

Justificação Notarial

SECRETARIA NOTARIAL DE LOULÉ

1.º CARTÓRIO

NOTARIO: LICENCIADO NUNO ANTÓNIO DA ROSA PEREIRA DA SILVA

Certifico, para efeitos de publicação, que neste Cartório, e no livro de notas para escrituras diversas, n.º B-77, de fls. 15, v. a 18, se encontra exarada uma escritura de justificação notarial, outorgada no dia 10 do mês corrente, na qual Emídio Café Correia e mulher, Ivone Inácia da Saúde, residentes no sítio do Carvalhal, freguesia de S. Clemente, concelho de Loulé, se declararam donos e legítimos possuidores, com exclusão de outrém, dos seguintes prédios, ambos no sítio do Vale, freguesia de Querença, concelho de Loulé: a) rústico, constituído por terra de semear, com árvores, confrontando actualmente, do norte e sul com Joaquim Viegas, do nascente com estrada e do poente com José Guerreiro Barros, inscrito na respectiva matriz predial sob o artigo número três mil e cinquenta e dois, com o valor matricial de mil e oitocentos escudos e o declarado de quarenta mil escudos; b) rústico, constituído por terra de semear, com árvores, confrontando actualmente, do norte com Joaquim Viegas, do nascente com Joaquim de Sousa João, e do sul e poente com estrada, inscrito na respectiva matriz predial sob o artigo número três mil e sessenta e oito, com o valor matricial de oitocentos e quarenta escudos e o declarado de quarenta mil escudos.

Que ele justificante varão é titular das referidas inscrições matriciais e que os referidos prédios se encontram omissos na Conservatória do Registo Predial deste concelho;

Que estes prédios lhes pertencem pelo facto de haverem sido comprados, pelo preço global de oitenta mil escudos, por José Inácio, casado, natural da freguesia de São Clemente, concelho de Loulé, e residente no sítio de Clareanes, da mesma freguesia, na qualidade de gestor de negócios dele justificante varão, por escritura de catorze de Novembro de mil novecentos e setenta e três, lavrada a folhas cento e nove, do livro número B—trinta e nove, de notas para escrituras diversas, do Segun-

do Cartório desta Secretaria, a Manuel António Costa e mulher, Antónia Silva, casados segundo o regime da comunhão geral de bens e residentes no sítio dos Córregos de Santa Luzia, freguesia de São Clemente, concelho de Loulé.

Que dado o disposto no artigo treze, número um, do Código do Registo Predial, não é aquela escritura título suficiente para registo, mas a verdade é que os vendedores, os referidos Manuel António Costa e mulher, eram na data da referida escritura de compra e venda, de catorze de Novembro de mil novecentos e setenta e três, donos e legítimos possuidores, também com exclusão de outrém, dos prédios supra descritos e então vendidos, porquanto: os mesmos haviam por sua vez, sido comprados, pelos então vendedores, em data imprecisa do ano de mil novecentos e vinte e três, a Amélia do Carmo Fundado, solteira, maior, residente na cidade de Faro, por preço que ignoram e por escritura pública celebrada em Cartório Notarial que desconhecem e que não lhes foi possível encontrar, não obstante as porfiadas buscas efectuadas para o efeito.

Que, desde aquela data, os referidos transmitentes Manuel António Costa e mulher, Antónia Silva, sempre possuíram os prédios supra descritos e então vendidos, sem a menor oposição de quem quer que fosse, posse sempre exercida sem interrupção e ostensivamente, desde o seu início, com conhecimento de toda a gente, sendo, por isso, a sua posse pacífica, contínua e pública, pelo que, na data da referida escritura de catorze de Novembro de mil novecentos e setenta e três, também já os haviam adquirido por usucapião.

Que em face do exposto, não têm eles justificantes possibilidade de comprovar o direito de propriedade dos vendedores Manuel António Costa e mulher, Antónia Silva, sobre os prédios supra descritos e então vendidos, pelos meios extrajudiciais normais.

Está conforme.

Secretaria Notarial de Loulé, 12 de Julho de 1974.

O 2.º Ajudante,

a) Fernanda Fontes Santana

João de Sousa Dias

Missa do 1.º Aniversário



Sua esposa e filhos, participam a todas as pessoas conhecidas e de suas relações de amizade que, assinalando o 1.º aniversário do falecimento do seu saudoso marido e pai, será rezada a missa de sufrágio na Capela das Portas do Céu, desta vila, agradecendo antecipadamente a todas as pessoas que se dignem assistir a este piedoso acto, o qual se realiza no próximo dia 8 de Agosto, pelas 10 horas.

DECLARAÇÃO

Agostinho Marcos Lourenço, natural do sítio do Roncão - S. Miguel do Pinheiro (Mértola), acidentalmente a passar férias em Loulé, com residência fixa em 28 Bremen 44-Ellernstr. 21-A (Alemanha), vem tornar público que não se responsabiliza por quaisquer dividas contraídas por sua mulher, Antónia Guerreiro Viegas, residente em Loulé, na Rua Sacadura Cabral, n.º 18, de quem se encontra separado há cinco anos.

Loulé, 16-7-1974.